

Trabalhos Científicos

Título: Assédio Sexual Em Crianças E Adolescentes: Análise De Casos Notificados No Estado De Pernambuco.

Autores: GABRIELA MENEZES (UNICAP), MARIA EDUARDA DEL FRARI (UNICAP), TIAGO DANTAS (UNICAP), ROMERO ALENCAR (UNICAP), YASMIN DUARTE (UNICAP)

Resumo: O assédio sexual contra menores é uma realidade latente no Brasil. Em 2023, houve um aumento de 68% das denúncias no disque 100 por violação sexual contra crianças e adolescentes. Desses, 80% ocorreram na residência das vítimas ou familiares. Descrever a distribuição dos casos de assédio sexual, entre 2018-2022, no estado de Pernambuco. Trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo, transversal, com dados do SINAN retirados do DATASUS. De 2018 a 2022, Pernambuco obteve 93.800 registros na ficha de notificação de compulsória de violência interpessoal/autoprovocada. Dos quais, 2.940 trata-se de assédio sexual. Somados, 537 ocorreram dos 0-9 anos, enquanto o índice mais elevado está entre os 10-14 anos (n=861), seguido daqueles entre 15-19 anos (n=569). Dos 20 anos aos 60 anos em diante, a soma inclui 973 fichas. No Censo demográfico do IBGE 2022 (1), 26,83% da população brasileira possui de 0 a 19 anos (n=54,5 milhões). Porém, a pesquisa mostra que essa faixa etária representa 66,9% das fichas de notificação de violência por assédio sexual. Mostrando que as crianças e adolescentes, que somam quase $\frac{1}{4}$ da população brasileira, sofrem mais da metade dos assédios, suspeitos ou confirmados, notificados no SINAN. Assédio sexual é descrito como o “ato de constranger alguém com intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição hierárquica superior ou ascendente” (2). Ao associar às crianças e adolescentes, geralmente provocada por adultos, a faixa etária é uma condição de superioridade. Comumente há casos intrafamiliares (o agressor sendo um familiar ou conhecido). Estes tendem a ser mantido sob uma complexa dinâmica, associada a “Síndrome do segredo”, caracterizada por constante ameaça e barganha à vítima, mantendo o crime em segredo. Estima-se que haja, ainda, uma subnotificação da primeira infância, pois crianças menores possuem ainda mais dificuldades de receber apoio para denunciar o crime, sendo essa a chamada ‘parentalidade negativa’, já que o cuidador que deveria proteger e cuidar da criança é, muitas vezes, o perpetuador desta violência. (3)